**SÚMULA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA CD-CAU/SC**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DATA** | 02 de maio de 2022 | **HORÁRIO** | 13h41min às 17h03min |
| **LOCAL** | Sede e/ou virtual (formato híbrido) |

|  |
| --- |
| **Verificação de Quórum** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Membros presentes** | **Horário chegada** | **Horário saída** |
| Eliane De Queiroz Gomes Castro | Coordenadora da CEP | 13h40min | 17h03min |
| Gogliardo Vieira Maragno | Coordenador da CEF | 13h30min | 17h03min |
| Janete Sueli Krueger | Coordenadora da CED | 13h53min | 16h17min |
| Maurício André Giusti | Coordenador da COAF | 13h33min | 17h03min |
| Patrícia Figueiredo Sarquis Herden | Presidente | 13h30min | 17h03min |
| Silvya Helena Caprario | Vice-Presidente | 13h30min | 17h03min |

|  |  |
| --- | --- |
| **CONVIDADOS** | Conselheira Larissa Moreira – Coordenadora Adjunta da CEF-CAU/SC Conselheira Rosana Silveira – Coordenadora da CATHIS-CAU/SC Arquiteto e Urbanista Pedro Schultz Fonseca Baptista – Gerente Técnico do CAU/SC |

|  |
| --- |
| **Ausências justificadas** |
| **Conselheiro** | Não houve. |

|  |
| --- |
| **Ausências não justificadas** |
| **Conselheiro** | Não houve.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **ASSESSORIA** | João Vicente Scarpin – Gerente Geral Jaime Teixeira Chaves – Secretário dos Órgãos Colegiados Pery Roberto Segala Medeiros – Assessor da PresidênciaBruna Porto Martins – Secretária |

|  |
| --- |
| **Leitura, discussão e aprovação da Súmula da 3ª Reunião Ordinária de 2022.** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Encaminhamento** | A Súmula da 3ª Reunião Ordinária, do dia 28 de março de 2022 foi aprovada sem alterações, por unanimidade dos votos, com ausência da Conselheira Janete Sueli Krueger e após, encaminhada para publicação.  |

|  |
| --- |
| **Comunicações** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheira Eliane De Queiroz Gomes Castro |
| **Comunicado** | **Relato CEP-CAU/SC:** ACoordenadora da CEP-CAU/SC, Conselheira Eliane De Queiroz Gomes Castro, informou que na última reunião foi aceito convite para o “2º Fórum de Coordenadores das CEPs CAU/UFs”, a ser realizado no mês de junho, em Brasília e disse que certamente seria trazido pedido da comissão para a pauta da presente reunião. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheiro Maurício André Giusti |
| **Comunicado** | **Relato COAF-CAU/SC:** OCoordenador da COAF-CAU/SC, Conselheiro Maurício André Giusti, informou que na última reunião foi solicitada verificação de todos os inadimplentes, pois foi observado que há um grupo muito grande de profissionais que se registram no CAU/SC e depois de algum tempo deixam de exercer atividade e não interrompem o registro, fato que gera vários processos de inadimplência. Após, falou que a COAF-CAU/SC discutiu uma ação que envolvesse todas as comissões com o intuito de auxílio na divulgação, a fim de possibilitar ciência aos profissionais que necessitam efetuar a interrupção de registro, ressaltando que a informação será repassada por meio de *banner.* Sobre os Editais de Patrocínio, disse que estava sendo feito acompanhamento e recebidos convites para participação nos eventos. Informou que para esse ano foram recebidas três propostas relacionadas ao Edital de Patrocínio com cota única no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e que a comissão julgadora já definiu a entidade. O Secretário Jaime disse que estava em grau de recurso e que foi solicitado à ACEA, entidade primeira colocada, a entrega do Plano de Trabalho. Ao final, o Conseheiro Maurício expôs que a comissão estava fazendo os controles orçamentários e que serão trazidos novos dados relativos à questão da inadimplência, a fim de que o Plenário entenda o quanto vem diminuindo em função da ação de cobrança da Gerência Administrativa e Financeira do CAU/SC.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheiro Gogliardo Vieira Maragno |
| **Comunicado** | **Relato CEF-CAU/SC:** OCoordenador da CEF-CAU/SC, Conselheiro Gogliardo Vieira Maragno, informou que na última reunião foi cumprida a pauta “comum”: registros de egressos, títulos de Engenharia de Segurança do Trabalho e diplomados no exterior. Comunicou que na penúltima reunião foi detectada imprecisão no reconhecimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, portanto, o CAU/SC entrou em contato com as Intituições de Ensino Superior que apresentaram problemas relacionados às informações. Acrescentou que a CEF-CAU/BR também foi contactada haja vista que algumas respostas dependem da mesma e informou que a CEF-CAU/SC aprovou o regulamento para a “Premiação Acadêmica 2022”, destacando que dessa maneira seria possível entrar em processo de preparação e montagem do evento. Posteriormente, relatou sobre a aprovação da Nota Conjunta das Comissões de Ensino e Formação da região sul ao enfrentamento do ensino à distância em Arquitetura e Urbanismo, destacando que um dos pontos diz respeito à ampla divulgação das restrições e deficiências desse método de ensino. Ao final, sugeriu encampar a campanha do CAU/RS relacionada ao assunto ou a promoção de campanha própria nesse sentido, no âmbito do CAU/SC.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheira Rosana Silveira |
| **Comunicado** | **Relato CATHIS-CAU/SC:** ACoordenadora da CATHIS-CAU/SC, Conselheira Rosana Silveira, informou sobre sua participação no “Seminário – Arquitetura para os outros 93%”, realizado em Brasília, destacando que foi um evento muito interessante. Relatou que em uma das palestras, uma Professora de faculdade de Brasília colocou a questão do *déficit* habitacional como um problema feminino. Disse que a Presidente do CAU/BR, Arquiteta e Urbanista Nádia Somekh, em sua breve fala, relatou que 65% (sessenta e cinco por cento) das Arquitetas e Urbanistas recebem até três salários mínimos e que vinte e cinco milhões de moradias necessitam de ATHIS, ressaltando que esses problemas são ocasionados pela classe profissional, a qual, por vezes, é omissa. Expôs que o Arquiteto e Urbanista Nabil Bonduki, um dos palestrantes do evento, trouxe a realidade e os desafios da profissão e a necessidade de os Arquitetos e Urbanistas ocuparem os “espaços”, tais como Ministério Público e Câmara Legislativa, presentes nessas ações. Após, destacou alguns dados preocupantes, expostos na palestra. Disse que no segundo dia do evento chamou muito sua atenção uma palestra sobre “o que se chama de empreendedorismo social?”. Em seguida, chamou atenção para o fato de se ter domínio sobre quem são os palestrantes e o que passam de informações nos eventos, haja vista que nesse evento houve um caso em que o palestrante não tratou a ATHIS como política pública e sim como serviço de arquitetuta voltado a pessoas de baixa renda. Após, informou que essa demanda foi trazida para a comissão e que foi discutido bastante sobre como seria a formatação da CATHIS-CAU/SC no “3º Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”, relatando que estaria voltada para os entes governamentais de municípios. Por fim, informou que no dia 03 de maio de 2022 participaria da Reunião do Colegiado da FECAM para apresentação sobre ATHIS.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheira Silvya Helena Caprario |
| **Comunicado** | **Relato CTP-CAU/SC:** ACoordenadora da CTP-CAU/SC, Conselheira Silvya Helena Caprario, relatou que a última reunião foi mais voltada para encaminhamentos e que a comissão segue solicitando documentação relativa ao imóvel mais bem colocado no Chamamento Público de prospecção de imóveis para a nova sede do CAU/SC. Expôs que foi aberto edital para fazer laudo da edificação e que foi solicitado o complemento da documentação. O Secretário Jaime expôs que foi fechado o terceiro orçamento do laudo de patologia. A Presidente Patrícia mencionou que o Conselho pediu uma consulta de viabilidade de construção e reforma e que foi solicitada à Gerência Geral nova verificação de disponibilidade de imóveis a nível municipal e federal.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Conselheira Janete Sueli Krueger |
| **Comunicado** | **Relato CED-CAU/SC:** ACoordenadora da CED-CAU/SC, Conselheira Janete Sueli Krueger, informou que em todas as reuniões estava sendo possível analisar por volta de um ou dois processos éticos, por vezes, três. Noticiou que na última reunião não foi possível discutir acerca das mudanças na forma de julgar processos e elaborar contribuição para a Carta aos Candidatos em virtude da falta de quórum ocasionada por um contratempo. Acrescentou que foi aprovado o relatório e voto fundamentado de somente um processo ético-disciplinar. Seguidamente, informou que será realizado encontro virtual entre os coordenadores das CEDs para tratar sobre a nova forma de análise de processos éticos disciplinares. O Secretário Jaime explicou sobre o processo que resultou no encaminhamento da carta às comissões. A Presidente Patrícia observou que foi discutido sobre a revisão da Resolução 143/2017 no Fórum de Presidentes e que foi constado ser interessante somente para o CAU/SP, sendo assim, a proposta foi por ser optativo.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **Responsável** | Presidente Patrícia Figueiredo Sarquis Herden |
| **Comunicado** | **Relato da Presidência do CAU/SC**: A Presidente Patrícia informou sobre visita à Prefeitura Municipal de Chapecó, onde participou de reunião com o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento e comunicou sobre o “3º Congresso de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina”. Complementou que levou o Acordo de Cooperação Técnica com a Prefeitura de Chapecó, o qual ainda está vigente, com o intuito de reavivar a memória, com possibilidade de ações futuras. Falou que o Secretário ofertou o novo centro de eventos de Chapecó, que será inaugurado no mês de agosto para realização de etapa do Congresso. Depois, informou que também em Chapecó, esteve reuniada com a AEAO - Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Oeste/SC, a qual informou sobre algumas outras associações do Oeste e participará como convidada na próxima reunião ordinária do CEAU-CAU/SC, que será ampliada. Falou que foram feitos alguns chamamentos das entidades mistas via redes sociais para essa reunião do Colegiado. Após, informou que na condição de Presidente do CAU/SC, junto à CATHIS-CAU/SC, assinou no dia 29 de abril de 2022, Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, sendo que estendeu a possibilidade de a Fiscalização do CAU/SC conversar sobre a PGI – Plataforma de Georreferenciamento Integrado. Expôs que estavam previstos muitos eventos para o mês de maio e por último, sobre o Edital de Patrocínio, disse que seria realizada a segunda etapa do evento do IAB/SC: “Ciclo de Oficinas de Ideias: Arquitetura e Urbanismo Pós Pandemia, A Ressignificação Das Cidades e Edificações”, em Blumenau.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **4** | **Apresentação da pauta e dos assuntos extra pauta.** |
| Foram apresentados os assuntos da pauta e não foram incluídos itens extra pauta.  |

|  |
| --- |
| **ORDEM DO DIA** |

|  |  |
| --- | --- |
| **1** | **Congresso Catarinense de Arquitetura e Urbanismo do CAU/SC.**  |
| **Fonte** | Presidência |
| **Apresentação**  | Presidente Patrícia Figueiredo Sarquis Herden |
| **Encaminhamento** | A Presidente Patrícia informou que já foram definidos os locais de realização dos eventos das etapas de Criciúma (ACIC) e Joinville (ACIJ). O Gerente João disse que foi feito mapeamento dos processos internos a partir da percepção da participação do público e também do palestrante. Citou as interfaces que o participante tem com o CAU/SC: jornada pré evento; jornada intra evento; jornada pós evento e salientou que para cada uma dessas etapas existe uma série de tarefas que se desdobram internamente (linha de frente; bastidor e serviços). Após, apresentou um “diário de bordo” com o detalhamento das tarefas preparatórias relacionadas às jornadas supracitadas. Destacou que no “RoadMap” é explicitado o que é o Congresso e que contém uma tabela de definições dos termos relacionados, bem como explicação relativa à ATHIS no Congresso, destacando que se tratava de material interno, e portanto não seria distribuído ao público em geral. Por fim, mostrou a estrutura da programação do evento e alguns dos palestrantes definidos para a etapa de Criciúma. O Conselheiro Gogliardo questionou como seria a participação dos conselheiros em geral e dos coordenadores de comissões em cada uma das etapas. A Presidente Patrícia disse que foi solicitado estudo à Gerência Administrativa e Financeira a fim de verificar a possibilidade de todos os conselheiros participarem dos eventos. Enfatizou que em sua opinião o fato de ser conselheiro da região deveria ser primeiro pré requisito para convocação, haja vista que deverá participar como anfitrião. Observou que poderia ser aberta exceção se alguma comissão demonstrar interesse em participar de etapa por conta de palestrante específico. A Conselheira Eliane sugeriu que todos conselheiros estivessem presentes na etapa de Florianópolis. A Conselheira Janete concordou com o dito pela Presidente Patrícia em relação ao pré requisito para convocação e justificou que não poderia participar da etapa de Balneário Camboriú, mas se prontificou para participar da etapa de Joinville. Além disso, concordou com a participação de todos os conselheiros na etapa de Florianópolis. O Secretário Jaime explicou sobre as alterações no calendário. Sugeriu convocar todos os conselheiros para a abertura e após fazer balanço dos custos. A Presidente Patrícia sugeriu alterar a data da Plenária de novembro do dia 11 para o dia 16, com o intuito de ficar próxima à realização do Congresso. O Conselheiro Gogliardo julgou importante a participação dos coordenadores e coordenadores adjuntos de comissões nas etapas, de acordo com a disponibilidade de cada um. Após discussão, foi definido como encaminhamento emitir de pronto a convocação de todos os conselheiros titulares para a etapa de Criciúma, e após isso, a Gerência Geral e a Gerência Administrativa e Financeira fazerem análise dos custos, encaminhar à Presidência para trazer ao conhecimento do Conselho Diretor para eventual reavaliação da estratégia de convocação, considerando os custos da etapa inicial e o orçamento disponível para o projeto. |

|  |  |
| --- | --- |
| **2** | **Solicitações de manifestação do CAU/BR com prazos exíguos.**  |
| **Fonte** | CD-CAU/SC  |
| **Apresentação** | Presidente Patrícia Figueiredo Sarquis Herden |
| **Encaminhamento** | A Presidente Patrícia explicou que se tratava de solicitação do Conselheiro Maurício, o qual pontuou que as solicitações de manifestação do CAU/BR vêm sendo encaminhadas com prazo para resposta muito curto. Em seguida, o Secretário Jaime efetuou leitura da minuta de deliberação relativa ao assunto. Foi deliberado por solicitar ao CAU/BR que seja observado um intervalo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a data de envio da solicitação de manifestação e a data final do prazo a ser observado, principalmente em relação a projetos de resoluções; e por encaminhar a deliberação à Presidência do CAU/SC para apreciação do Plenário e, caso seja aprovada, ser encaminhada ao CAU/BR, além das demais providências cabíveis. (Deliberação nº 017/2022 – CD – CAU/SC). |

|  |  |
| --- | --- |
| **3** | **Carta aos candidatos do CAU/SC – Eleições 2022.**  |
| **Fonte** | CRI-CAU/BR |
| **Apresentação**  | - |
| **Encaminhamento** | Item não foi discutido em virtude da necessidade de mais tempo para amadurecimento do assunto. Será tratado na próxima reunião ordinária do Conselho Diretor, do dia 30 de maio de 2022. |

|  |  |
| --- | --- |
| **4**  | **Pleito dos Empregados do CAU/SC.**  |
| **Fonte** | Comitê de Empregados 2022 |
| **Apresentação**  | Gerente Geral João Vicente Scarpin |
| **Encaminhamento** | A Presidente Patrícia avisou aos presentes que não era necessário tomar decisões na presente reunião, pois inicialmente seria feita uma análise acerca do assunto. Falou que seria preciso entender a totalidade dos pleitos que já foram aprovados anteriormente. Após, efetuou leitura dos cinco pleitos aprovados pelo corpo de empregados do CAU/SC: 1- Implementação do regime de trabalho *Anywhere Office,* de forma parcial, mediante escalas de revezamento;O Gerente João salientou que esse tipo de solicitação poderia potencializar questões de custo para subsidiar o trabalho. Disse que era uma situação positiva, mas que a análise do pleito deveria ser feita com o devido cuidado. 2- Intervalo intrajornada de, no mínimo, 30 (trinta) minutos;O Gerente João disse que se tratava de pleito para que o almoço possa ser feito de maneira reduzida e eventualmente gerar um benefício para o funcionário. Destacou que o pleito estava em análise, pois há diversos estudos na administração de pessoas os quais mostram que o horário de intervalo acaba sendo “compensado” de outras formas, sendo que os demais 30 (trinta) minutos acabam sendo “diluídos” e afetam de maneira forte a execução das atividades ao longo do dia. O Conselheiro Gogliardo questionou se a CLT não previa o intervalo de almoço entre uma a duas horas. O Gerente João explicou que houve uma alteração recente no sentido de se permitir desde que consentido em acordo coletivo. 3 – Instituição do regime de plantão no período compreendido entre 23/12/2022 e 02/01/2023, inclusive;O Gerente João falou que foi decorrente de uma avaliação positiva que os empregados tiveram no último período de plantão e que a proposta era de repeti-lo. Mencionou que parecia ser bastante produtivo, porém, de alguma forma, se tratava de um recesso coletivo “disfarçado”. 4 – Redução da carga horária de empregado que tenha filho portador de deficiência ou doença grave;O Gerente João disse que esse item se assemelhava muito ao item 5, porém não existia um caso concreto, apesar de ter uma funcionária com doença grave. Falou que ambos foram sugeridos como um “exercício” para o futuro, caso ocorra. Destacou que o pleito visava ao empregado nessa condição poder dedicar mais tempo à família. Após, expôs que foi relatado o caso de empregado que precisou solicitar afastamento para fazer tratamento de saúde de filho, fato que eventualmente agravava a situação do não recebimento de salário em um momento delicado. 5 – Redução da carga horária de empregado portador de doença grave ou degenerativa;O Gerente João explicou que o pleito visava ao funcionário com condições de trabalho poder exercer suas atividades com carga horária reduzida, recebendo salário. Posteriormente, expôs que os dois últimos pleitos apresentados se assemelhavam muito e falou que existia para os mesmos uma situação de análise de pleitos anteriores que talvez se sobrepõem nessas duas demandas, inclusive outros com impacto financeiro negativo já constatado. Frisou que era necessária uma análise do sombreamento ou sobreposição de benefícios já existentes para esses dois novos pleitos. A Conselheira Eliane perguntou se os pleitos eram obrigatórios e se constavam em lei. O Secretário Jaime disse que não. Contextualizou que o comitê se reúne uma vez por ano e elenca pedidos além daquilo previsto no concurso público e previstos em lei. Explicou que à medida que os benefícios vão sendo aprovados são normatizados internamente e ganham regularidade permanente até que eventualmente haja uma negociação ou uma impossibilidade de se cumprir. Disse que o Conselho Diretor geralmente trata desse tipo de assunto e que em caso de impacto financeiro, é repassado à COAF-CAU/SC para análise e posteriormente, o pleito que for concedido é encaminhado ao Plenário, para aprovação em caso de concessão. Por fim, pontuou que a partir do mês de julho acontece a concessão dos eventuais benefícios. O Conselheiro Maurício julgou impossível analisar as demandas somente desse ano sem visualizar os pleitos já atendidos anteriormente e salientou a importância de analisar seus impactos. A Presidente Patrícia informou que foi solicitado ao Advogado Cícero o resumo dos pleitos atendidos até então e que ele já havia encaminhado. O Gerente João expôs que o Advogado Cícero já havia informado sobre a existência de portaria que regulamenta todos os benefícios existentes até então e que já estava sendo feita análise financeira dos impactos relativos aos pleitos anteriores e atuais para posterior apresentação ao Conselho Diretor. Em relação à implementação do regime de trabalho *Anywhere Office,* a Conselheira Janete salientou que seria necessário somente um sistema de controle, sendo que daria mais flexibilidade ao empregado em escala de *home office*. Destacou que caso um empregado necessite acompanhar o filho em hospital, por exemplo, esse regime de trabalho possibilitaria a execução de suas atividades laborais. Julgou as propostas de pleitos muito válidas, considerando as relativas aos itens 4 e 5 muito importantes, para as quais deve ser dispensada uma atenção especial. Por fim, enfatizou que além de serem observadas questões relativas à lei e de ordem financeira para análise dos pleitos, também deveriam ser consideradas as questões humanas. O Conselheiro Gogliardo relatou se sentir muito contemplado pela fala da Conselheira Janete e comentou acerca dos pleitos, conforme segue:- Intervalo intra jornada de no mínimo 30 (trinta) minutos – disse não ter observado nenhum prejuízo em concedê-lo a não ser que prejudique o serviço de atendimento; - Instituição do regime de plantão no período compreendido entre 23/12/2022 e 02/01/2023 – relatou não observar impasse haja vista que é possível ter uma estrutura mínima para atender as emergências; - Redução da carga horária de empregado que tenha filho portador de deficiência ou doença grave e redução da carga horária de empregado portador de doença grave ou degenerativa – julgou necessário considerar a questão humana além da questão financeira para análise desses pleitos, bem como os considerou passíveis de atendimento.  - Implementação do regime de trabalho *Anywhere Office,* de forma parcial, mediante escalas de revezamento – considerou que deveria ser visto com uma atenção especial, no sentido de se houver comprovação de não trazer prejuízo ao atendimento público e da contraprestação dos serviços necessitados.Posteriormente, o Gerente João apresentou a Portaria Normativa nº 007, que regulamentou a concessão de benefícios aos empregados, na qual constam os pleitos já adquiridos, proferindo comentários acerca de alguns deles. Após, a Conselheira Silvya julgou necessária responsabilidade para análise dos pleitos, bem como um pouco de empatia para análise de alguns deles. Após discussão, foi definido como encaminhamento discutir o assunto novamente na próxima reunião ordinária do Conselho Diretor, do dia 30 de maio de 2022 e nessa reunião agendar um reunião extraordinária com pauta única, para receber o comitê de funcionários e ter uma rodada de “conversas”.  |

|  |  |
| --- | --- |
| **5** | **Pauta da 127ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/SC.** |
| **Fonte** | Presidência |
| **Apresentação**  | Presidente Patrícia Figueiredo Sarquis Herden |
| **Encaminhamento** | Foi deliberado por aprovar a pauta da 127ª Reunião Plenária Ordinária do CAU/SC, a ser realizada no dia 13 de maio de 2022, de forma híbrida, das 09h às 15h. (Deliberação nº 018/2022 – CD – CAU/SC). |

Esta Súmula foi aprovada na 5ª Reunião Ordinária do CD-CAU/SC de 30/05/2022, com os votos favoráveis dos Conselheiros Eliane De Queiroz Gomes Castro; Gogliardo Vieira Maragno e Silvya Helena Caprario.

**Bruna Porto Martins**

**Secretária**

**Secretária da Reunião**

Considerando o estabelecido no item 1.5 da Deliberação Plenária CAU/SC nº 589, de 12 de março de 2021, que trata dos termos das reuniões virtuais dos órgãos colegiados do CAU/SC, atesto a veracidade das informações prestadas. Publique-se.

|  |
| --- |
| **Patrícia Figueiredo Sarquis Herden** **Presidente do CAU/SC** |